

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT
Nº 214

Secretaria Nacional de Comunicação
12/06/ 2003

Remover nome da lista Escreva para o Informacut Indique um leitor para o Informacut

8º CONGRESSO NACIONAL DA CUT
CUT apresenta emendas à Reforma da Previdência e intensifica mobilização

"Por uma Reforma que amplie direitos" - Emendas aprovadas no 8º Concut

Melhorar a Reforma da Previdência é o primeiro desafio, diz Marinho

Executiva da CUT tem renovação de 41%

Nova Executiva Nacional da CUT - Gestão 2003-06

Quem é Luiz Marinho

MOVIMENTO
12 de Junho: "Dia Mundial de luta contra o trabalho infantil"

MOVIMENTO
Projeto da Escola Chico Mendes é premiado pelo Banco Mundial

Ex-sindicalista que denunciou máfia dos transportes em São Paulo tem prisão decretada

ARTIGO - DIA DOS NAMORADOS
Outros tempos, outros amores

ACONTECE

CUT apresenta emendas à Reforma da Previdência e intensifica mobilização

Foi extremamente positiva a mobilização organizada pela CUT, CNTE (Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Educação) e CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Seguridade Social), ontem em Brasília, em favor de modificações na proposta de Reforma da Previdência.

A manifestação começou por volta das 11 horas, em frente a Catedral e seguiu até à Esplanada dos Ministérios. Pouco antes do início da seqüência de reuniões marcadas com integrantes do governo e do Congresso, aproximadamente 30 mil pessoas ouviram lideranças da CUT e parlamentares do PT. Um grupo isolado comandados por dirigentes do PSTU vaiaram insistente os oradores. "Isso não ajuda a construir a unidade pelas reformas", disse o presidente da CUT, Luiz Marinho, cobrando respeito às deliberações do congresso da CUT.

Ministros

Uma comitiva de 17 sindicalistas, entre eles, o presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, o secretário geral, João Felicio, e membros da Executiva recém eleita, entregaram as propostas de emendas à Reforma, aprovadas no 8º Congresso Nacional da CUT, e pediram a abertura das negociações. A opinião unânime dos ministros José Dirceu (Casa Civil), Ricardo Berzoini (Previdência) Guido Mantega (Planejamento) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) é que o governo está aberto ao diálogo, mas que quaisquer modificações na proposta de Reforma do Executivo deverá ser travada no Congresso Nacional. No entanto, o ministro Berzoini (Previdência) admitiu que a transição do limite de idade (48 anos para 55 anos, no caso das mulheres e de 53 anos para 60 anos, no caso dos homens) pode ser negociado agora.

Comissões Permanentes

O sentimento de que as negociações podem avançar aumentou depois das reuniões com os presidentes da Câmara e do Senado. Além de entregarem as propostas da congresso da CUT, os sindicalistas ouviram do deputado João Paulo Cunha (PT/SP) que irá criar uma Comissão Permanente de discussão sobre a reforma. No Senado, os sindicalistas ouviram do senador Paulo Paim que o presidente da Casa, José Sarney tinha, inclusive a idéia de criar uma Comissão Permanente antes mesmo da proposta chegar até ao Senado.

Para o presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, a mobilização deve se intensificar.

Para ele, se não houver nenhuma hipótese de continuar negociando mudanças na proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo, a greve não está descartada.

Índice

ACONTECE

Por uma Reforma que amplie direitos

Emendas aprovadas no Concut

Este é o texto entregue aos Ministros, ontem, em Brasília, com as emendas aprovadas no 8º Congresso Nacional da CUT para a Reforma da Previdência. A Central espera negociar modificações para melhor a proposta de reforma, como querem os trabalhadores.

POR UMA REFORMA QUE AMPLIE DIREITOS

Desde 1995, a CUT considera que a Reforma da Previdência deve resgatar o conceito de

Seguridade Social, onde as políticas públicas relativas à saúde, assistência e previdência social devem ser pensadas de forma conjunta e articulada. A Previdência Social deve ser pública, única, universal, solidária e com um teto que contemple a grande maioria dos assalariados brasileiros. Defendemos também que seja concedida por tempo de serviço, garantindo-se aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função. O sistema deve ter caráter contributivo, com gestão quadripartite (governo, trabalhadores da ativa, aposentados e empresários).

A proposta de Reforma da Previdência, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, acompanhado dos 27 Governadores, é fruto de um debate restrito, pois a proposta do Governo Federal foi discutida de forma privilegiada com os governadores e no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Além disso, o Projeto de Reforma da Previdência já encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional possui inúmeros aspectos que penalizam trabalhadores do setor público e privado com baixos salários.

Sendo assim, o Plenário do 8º CONCUT aprovou a seguinte resolução:

1. QUE O GOVERNO FEDERAL ABRA IMEDIATAMENTE UM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COM A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

2. EM RELAÇÃO AO TETO

Propomos a fixação de um teto de 20 salários mínimos, patamar que permite contemplar cerca de 95% dos assalariados brasileiros. A CUT defende ainda a imediata votação da Lei que define o teto de remuneração dos três poderes.

3. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da reforma, sejam criadas entidades fechadas de previdência pública complementar, sem fins lucrativos, com contribuição e benefício definidos e geridas de forma paritária entre representantes do Governo e dos servidores, e financiadas pelas contribuições de ambos na relação de 1 por 1.

4. IDADE MÍNIMA EXIGIDA PARA A APOSENTADORIA

A CUT propõe a manutenção das regras em vigor, para os servidores que ingressaram no serviço público após 16.12.1998 e do critério de transição vigente (para aqueles que já eram servidores em 16.12.1998), cuja idade mínima ficou fixada em 53 e 48 anos (homens e mulheres, respectivamente).

5. CRITÉRIO DE CÁLCULO DO VALOR DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES

Para os atuais servidores, a CUT defende a manutenção da atual regra de cálculo do valor das aposentadorias e pensões, balizadas pela integralidade em relação à última remuneração em atividade.

Para os servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da Emenda, a CUT defende a fixação de um teto de aposentadorias (a valores de hoje R\$ 4.800,00), acima do qual os servidores poderiam contribuir para um fundo de previdência complementar. No que tange ao valor das pensões, defendemos que estas, no setor público e no setor privado, sejam iguais aos valores das aposentadorias respectivas, sem reduções de qualquer ordem.

6. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS

A CUT defende a manutenção do princípio da paridade para os atuais e futuros servidores.

Admitimos, contudo, que os benefícios ou vantagens salariais novas (não relacionadas com reajustes salariais destinados a repor o poder aquisitivo corroído pela inflação), sofram a incidência de contribuições assegurando o princípio contributivo, cabendo ao órgão previdenciário aplicar o cálculo atuarial para que o novo benefício seja devidamente financiado.

7. ESTABELECIMENTO DE ALIQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO INCIDENTES SOBRE APOSENTADORIAS E

PENSÕES

A CUT manifesta-se pela manutenção da isenção contributiva de aposentados e pensionistas à previdência social, tanto no regime dos servidores públicos quanto no Regime Geral de Previdência Social (INSS).

8. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECIAIS NO SETOR PÚBLICO

A CUT entende que as atividades exercidas pelos trabalhadores expostos à ação de agentes ou ambientes insalubres, perigosos, perigosos ou penosos devem receber tratamento especial.

Esta garantia está inserida na Constituição Federal, desde 1988, mas, até o momento, não foi objeto de regulamentação, fazendo com que milhares de servidores públicos sejam forçados a exercer atividades desta natureza por períodos expressivamente superiores aos recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A regulamentação deste direito deve seguir os mesmos critérios e condições previstas para o setor privado, na medida em que a natureza e a lesividade dos agentes é a mesma, devendo prever aposentadoria aos 15, 20 e 25 anos de trabalho de acordo com o tipo de atividade desenvolvida.

9. APOSENTADORIA ESPECIAL

A CUT defende a manutenção da aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função, inclusive para professores e professoras do ensino fundamental e médio, sendo 25 e 30 anos de serviço (para mulheres e homens respectivamente).

10. ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE PROTEÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS DO INSS

Com a introdução do "fator previdenciário" após a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, houve uma significativa redução no valor dos benefícios finais concedidos, se comparados ao último salário em atividade. Esta medida atinge da mesma forma aos aposentados com rendas distintas. Neste sentido, a CUT propõe que seja alterada a forma de cálculo dos benefícios do INSS, de modo a incorporar uma variável que defenda as menores faixas de renda, em especial se estas estiverem combinadas com ingresso precoce no mercado de trabalho e renda média baixa durante a vida laboral.

11. SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Ampliação dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, tanto assalariados como os do regime de Agricultura Familiar, combinando regime especial contributivo com recursos provindos do Orçamento da União.

12. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARITÁRIA PARA TODOS OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

A gestão democrática está inscrita na Constituição Federal, mas não está implantada como deveria. A transparência, o acesso permanente de todos os trabalhadores à informações sobre o sistema previdenciário para o conhecimento dos direitos e a efetiva gestão paritária e democrática são essenciais à proteção da Previdência Social.

13. SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO - SAT

O SAT deve ser público. Os benefícios, tratamento e reabilitação devem ser públicos e sua gestão deve ser paritária.

14. COMBATE À SONEGAÇÃO

A CUT defende a realização de uma auditoria nas contas da previdência e a introdução de mecanismos legais que coibam a sonegação.

A CUT entende que, a apresentação desta resolução discutida e aprovada em seu 8º Congresso Nacional, contribui de forma decisiva para que a reforma da previdência promova a justiça social, preservando direitos básicos e fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras do setor público e privado que recebem baixos salários.

Direção Executiva da CUT

Índice

ACONTECE

Melhorar a Reforma da Previdência é o primeiro desafio, diz Marinho

Em seu primeiro pronunciamento, após eleito presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (São Paulo) ressaltou que a CUT terá, como principal desafio, colocar em prática as resoluções do congresso, entre as quais, as propostas que, segundo os delegados do 8º Concut, melhorarão a Reforma da Previdência.

Para Marinho, uma luta que não será só dos servidores públicos mas "de todos os trabalhadores brasileiros". O novo presidente da CUT afirma que será necessário assegurar um processo de negociação permanente com o governo. Marinho ressaltou ainda que a CUT irá dirigir as campanhas salarial e estabelecer de fato a Contratação Coletiva de Trabalho.

A organização sindical também será um grande desafio. "A atual organização sindical representa o atraso", disse. Segundo ele, estamos agora vivendo um novo momento e que, portanto, a luta será pela liberdade e autonomia sindical, a partir do local de trabalho.

A CUT também irá discutir o desenvolvimento econômico do Brasil, tendo como centro a questão do emprego, além de procurar maior inserção na sociedade brasileira, mantendo sua autonomia sempre.

Stédile

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, João Pedro Stédile, compareceu ao ato solene de encerramento do Congresso e exortou a militância a continuar organizando e mobilizando os trabalhadores. Segundo eles, alguns militantes

"cometem o desvio do idealismo, que é o de esperar tudo do Governo", outros, "o desvio do sectarismo por fazer oposição constante". Stédile disse que as mudanças que o Brasil precisa só dependem da organização do povo brasileiro e da correlação de forças existentes na sociedade. Para Stédile, é preciso construir uma unidade mais forte, em torno de um projeto estratégico, de luta de massas.

Índice

ACONTECE

Executiva da CUT tem renovação de 41%

Um fato interessante marcou esse 8º Congresso Nacional da CUT: a renovação das lideranças sindicais de base da central. Pelo menos, 25% dos 2.735 delegados participaram pela primeira vez de um congresso da central. Esta renovação refletiu-se na composição da Executiva: 13 (41%) dos 32 membros farão suas primeiras gestões, outros 14 vão para a segunda gestão. Apenas cinco já estão mais de duas gestões na Executiva.

Outra observação; mais uma vez, o setor privado continua sendo maioria. Dos 32 membros da Executiva, apenas 10 vêm do setor público (iminentemente professores). Treze dirigentes são da iniciativa privada, três vêm de empresas de economia mista e seis são de sindicatos representativos de ambos os setores (bancários, principalmente). A composição da Executiva reflete a realidade na base de representação da CUT. Hoje, segundo levantamento do Cadastro Nacional da CUT, o funcionalismo público compõem de 25% a 30% da base.

A Chapa 1, encabeçada por Luiz Marinho, recebeu 1.950 votos (74,6% dos votos válidos). Será composta por 19 membros efetivos na Executiva, e cinco suplentes. Já a Chapa 2, encabeçada por Jorge Luiz Martins, recebeu 661 votos (25,3% dos votos válidos), ficando com seis vagas efetivas na Executiva e dois na suplência. Registraram-se ainda seis votos em branco e 15 nulos. Foram credenciados 2.735 delegados, sendo que 2.640 votaram.

A primeira reunião da Executiva Nacional, ainda sem data marcada, definirá os cargos que cada membro da Executiva irá ocupar. Sabe-se, de antemão, que a presidência nacional será ocupada por Luiz Marinho. A secretaria geral ficará com João Felicio e a Secretaria de Relações Internacionais, com João Vaccari Neto.

Índice

ACONTECE

Essa é a nova Executiva Nacional da CUT - Gestão 2003-06

Essa é a nova Executiva Nacional da CUT - Gestão 2003-06

Luiz Marinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC/SP

Wagner Gomes - Sindicato dos Metroviários de São Paulo

João Antônio Felicio - Apoioesp/SP

Denise Mota Dau - Sindsaúde/SP

Jacy Afonso - Sindicato dos Bancários do Distrito Federal

Ari Aloraldo do Nascimento - Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS

João Vaccari Neto - Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Artur Henrique dos Santos - Sinergia/SP

José Celestino Lourenço - SindUTE/MG

Antônio Carlos Spis - Sindicato dos Petroleiros de São Paulo

Rosane da Silva - Sindicato dos Sapateiros de Ivoi/RS

Pascoal Carneiro - Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador/BA

Maria Ednálva Bezerra de Lima - Sindicato dos Trabalhadores em Educação/PB

Rafael Freire - Apeoesp/SP

Gilda Almeida de Souza - Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo

Lúcia Regina dos Santos Reis - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal/RJ

Luzia de Oliveira Fati - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém/PA

Elisângela dos Santos Araújo - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos/BA

Carmem Helena Ferreira Foro - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé Mirim/PA

Carlos Rogério de Carvalho Nunes - Sindicato dos Assistentes Sociais/CE

Gilson Reis - Sindicato dos Professores/MG

Francisco Alano - Comerciários de Florianópolis/SC

Manoel Messias de Melo - Processamento de Dados do Recife/PE

Wanderley Antunes Bezerra - Sindicato dos Petroleiros/CE

Jorge Luis Martins - Sindicato dos Sapateiros de Franca/SP

José Maria de Almeida - Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/MG

Julio Turra - Sinpro ABC/SP

Lujan Maria de Miranda Bacelar - Sindicato dos Professores/PI

Francisvaldo Mendes - Sindicato dos Bancários de São Paulo

Agnaldo Fernandes - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal/RJ

Bernadete Meneses - Associação Servidores da Universidade Federal/RS

Vera Guasso - Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados/RS

Índice

ACONTECE

Quem é Luiz Marinho

Luiz Marinho, 44 anos, é casado e tem dois filhos. Nasceu em Cosmorama (SP) e trabalhou na lavoura até os 15 anos. É metalúrgico desde julho de 1978, quando se tornou funcionário da seção de pintura da Volkswagen. Membro da Cipa em duas gestões. Em 1984 foi eleito tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Nas gestões seguintes assumiu os cargos de secretário-geral e vice-presidente.

É presidente desde 1996. Como sindicalista tem-se caracterizado pela firmeza nas lutas e

pela capacidade de negociador. Entre as principais ações sindicais que conduziu estão as campanhas vitoriosas contra as demissões em massa no setor automotivo em 1998, entre elas os 10 mil cortes anunciados pela Volks e os 2.800 da Ford.

Marinho também é inspirador e principal responsável pela articulação de acordos setoriais, como o chamado acordo emergencial do setor automotivo, de 1999, e de projetos como o da renovação da frota nacional de veículos, idéias que olham para o futuro e para interesses estratégicos da economia e do país.

No início de 2001 assumiu duas lutas que extrapolam fronteiras nacionais: em Miami, negociou com a direção da Whirlpool a extensão do prazo de fechamento da fábrica da Brastemp em São Bernardo; e, em Detroit, em defesa do emprego dos trabalhadores da Ford, conseguiu arrancar a cúpula da montadora uma garantia de emprego por cinco anos para o pessoal de São Bernardo. Uma estabilidade inédita na história das relações entre capital e trabalho no Brasil. No final do ano, conduziu uma luta vitoriosa dos trabalhadores da Volks cujo resultado foi a readmissão de 3000 trabalhadores demitidos por carta e garantias por cinco anos de novos investimentos e do nível de emprego na fábrica de São Bernardo.

A partir da compreensão de seu papel de cidadão, é também um dos idealizadores da Câmara Regional do ABC, um instrumento de articulação de políticas regionais referência em todo o Brasil. Em julho de 1998, assumiu a coordenação do Mova-Regional ABC que já alfabetizou mais de 40 mil pessoas na região.

É presidente de honra da Unisol-União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, uma iniciativa do sindicalismo cutista voltada a fomentar o surgimento de alternativas de economia solidária destinadas à geração de emprego e renda. A Unisol já representa hoje 11 cooperativas de produção no Estado.

No dia 25 de março de 2003, foi nomeado pelo presidente Lula presidente do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Quarto anista do curso de direito da Uniban, mereceu o prêmio destaque do ano de 1999, concedido pela revista Livre Mercado. Foi apontado pela CNN-Time como uma das 50 lideranças latino-americanas para o novo milênio.

Índice

MOVIMENTO

12 de Junho: "Dia Mundial de luta contra o trabalho infantil"

Um ato na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, fronteira do Brasil, com Paraguai e Argentina, amanhã, às 10h30, marca o "Dia Mundial de Luta contra o Trabalho Infantil". Participam da manifestação representantes das centrais sindicais dos três países, além de sindicatos e entidades dos movimentos sociais que lidam com o tema.

A CUT estará representada no ato pelo recém eleito membro da Executiva Nacional, Pascoal Carneiro, e por Maria Isabel da Silva, da CUT Estadual São Paulo. Durante o ato será distribuída a seguinte nota da CUT;

Só combatendo as causas da pobreza é que se vencerá a luta contra o trabalho infantil
Os números do trabalho infantil no Brasil, ao contrário do que vem acontecendo nos

demais países do cone sul, têm diminuindo em função, principalmente, do trabalho conjunto entre governo, movimento sindical e organizações não governamentais com a identificação de casos, criação de projetos sociais (como bolsa escola), campanhas de conscientização e fiscalização.

Ocorre que todos estes avanços são frágeis e é necessário o combate à causa da pobreza: um modelo econômico excludente e perverso, que concentra riqueza e dissemina a miséria.

O dia 12 de junho, dia mundial contra o trabalho infantil deve significar um momento de reflexão de todos para que se inicie um tempo onde o trabalho infantil seja erradicado, onde a dignidade e a cidadania se tornem uma realidade a todos e onde a pobreza e a exclusão desapareçam do planeta.

Com os ventos desta nova democracia que surge com o Governo Lula, temos esperança de vencermos esta luta para que em todos os dias se garanta a justiça, para que em todos os dias as crianças tenham alimentos, roupa, abrigo e escola e para que NUNCA MAIS se instale o genocídio da pobreza e da fome.

TRABALHO DIGNO PARA OS ADULTOS E ESCOLAS DE QUALIDADE PARA AS CRIANÇAS - LUGAR DE CRIANÇA É NA ESCOLA

Luis Marinho
Presidente Nacional da CUT

Índice

MOVIMENTO

Projeto da Escola Chico Mendes é premiado pelo Banco Mundial

O "Programa Regional de Desenvolvimento de Metodologias para a Qualificação Profissional de Trabalhadores da Região Amazônica na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e Solidário", mais conhecido como "Vento Norte", desenvolvido pela Escola de Formação Norte 2 (Chico Mendes), da CUT, ganhou US\$ 5 mil pela terceira colocação no "Prêmio Banco Mundial de Cidadania", concedido durante o Encontro Amazônia de Experiências Sociais Inovadoras, realizado em Manaus, dias 8 e 9 de junho. Concorreram 22 projetos.

O projeto foi implementado entre 1999 e 2002 nos seis Estados da Região Norte do Brasil (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Pará). O isolamento histórico da Região, falta de estratégia própria de desenvolvimento, baixos investimentos material e social levaram a Escola Chico Mendes a elaborar o projeto visando a qualificação profissional dos trabalhadores voltada para as atividades produtivas da floresta, práticas culturais amazônicas e elevação da qualidade de vida.

Para a recém eleita membro da Executiva Nacional da CUT, Luzia Fatti, responsável pela indicação do prêmio, o projeto pretende contribuir para atualizar a atuação da CUT no aperfeiçoamento das intervenções na Região, em relação ao desenvolvimento sustentável e solidário.

Índice

MOVIMENTO - SINDICALISMO DE NEGÓCIOS

Ex-sindicalista que denunciou máfia dos transportes em São Paulo tem prisão decretada

O secretário de Saúde do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus da capital paulista, Marcos Coutinho (foto), que denunciou a "máfia dos transportes", composta por empresários e dirigentes do sindicato, inclusive o presidente, Edvaldo Santiago, já presos, teve sua prisão decretada, ontem, por suspeita de ter participado do assassinato de José Leidson, outro dirigente sindical, em janeiro de 2002. Coutinho estava escondido no Nordeste do país quando fez as denúncias.

Hoje, 20 dirigentes do sindicato estão presos acusados de participarem de negociações com os empresários donos das companhias de transporte público. Segundo Coutinho, os empresários pagavam propinas para esses diretores fazerem greve na categoria (confirmadas pelas investigações) para forçar a Prefeitura a autorizar aumento nas passagens de ônibus. Agora, a Polícia Federal investiga duas empresas. As denúncias dão conta que os empresários teriam enviado ilegalmente 12 milhões de dólares para fora do país.

Índice

ARTIGO

Dia dos Namorados - Outros tempos, outros amores - Carlos Luiz de Jesus Pompe,
jornalista

A cada ano, no início de junho, multiplicam-se as ofertas, as mensagens, os artigos sobre o namoro e o amor. O apelo é, antes de qualquer coisa, comercial. Desde 1949, quando começou a ser comemorado no Brasil, a partir de uma campanha idealizada pelo publicitário João Dória para as lojas Clipper, o Dia dos Namorados tem a marca do comércio. A data foi escolhida por ser véspera do dia do casamenteiro santo Antônio, que ocorre num mês em que era fraco o movimento para as lojas. Desde o século 17, ela é celebrada por ingleses e franceses em 14 de fevereiro, dia do também casamenteiro São Valentim. No século seguinte, os norte-americanos aderiram à comemoração. O dia de São Valentim ocorre um dia antes dos lupercais, festival romano que homenageava a deusa Juno, da Fertilidade e do Casamento, e o deus Pã (também chamado Luperco), da Natureza. Além disso, na Idade Média, o 14 de fevereiro era considerado o primeiro dia do acasalamento dos pássaros no Hemisfério Norte.

Muito conhecida é a canção em que Djavan comparou o amor com "um lobo correndo em círculos / para alimentar a família". Caetano Veloso protestou que o excesso de canções sobre o tema "é o abusar de um / santo nome em vão / ou a santificação de uma banalidade". De qualquer forma, estes são tempos bicudos para o amor, com o individualismo acerbado, os interesses econômicos ditando o conteúdo das relações, a desconfiança e o alerta constante diante de outros indivíduos. "O tempora! O mores!" (Ó tempos! Ó costumes), exclamou o imperador Cícero, referindo-se ao período em que seu adversário Lucius Sergius Catilina perpetrava atentado e traições.

Karr escreveu que "o romance é a história eterna do coração humano. A história fala-nos dos outros, o romance fala-nos de nós mesmos". À cultura escravagista grega pertenceu o amor platônico. "Amor cruel, a que não levas os corações humanos!", registrou Virgílio, em "Eneida". O amor romântico ou cavalheiresco pertenceu à cultura feudal. "... o amor, que move o sol, como as estrelas", registrou Dante, no "Inferno". Já o amor apaixonado é a marca da época burguesa. "O amor é a única

paixão que não admite nem passado nem futuro", perpetrou Balzac, tratando esta época como a suprema e definitiva.

Proliferam, na atual sociedade, os casamentos de interesses entre exploradores, casamentos de conveniências entre explorados... Envolvidas em relações sociais que privilegiam o êxito financeiro, as pessoas vivem sem ternura. Voltam-se, então, para as novidades industriais, para as credícies, para o sentimentalismo de filmes e novelas que pintam na imaginação os amores que não podem experimentar na vida vazia, monótona, improfíqua que lhes é impingida. A vida, carregada de incontável necessidade de amor, torna-se hostil aos sentimentos humanos. "Luz, quero luz!", brada Chico Buarque.

No "Amor nos tempos do cólera", García Márquez coloca os personagens Florentino e Fermina num navio, afastando-os do ambiente que lhes impedia o relacionamento amoroso. Para dar vazão aos seus sentimentos, os personagens fogem do meio em que viveram. O mesmo acontece com o oleiro e família de "A caverna", de José Saramago. Vivemos numa sociedade que não dá espaço nem mesmo para os sentimentos que ela mesma desperta. É a tragédia de um tempo em que só tem valor o que é mercadoria. Uma sociedade que precisa ser transformada.

O filósofo alemão Friedrich Engels, em "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", apontou a superação da sociedade dividida em classes e a construção de uma nova organização, socialista. Ele considerou: "Se o matrimônio baseado no amor é o único moral, só pode ser moral o matrimônio onde o amor persists. ... Assim, pois, o que podemos conjecturar, hoje, acerca da regularização das relações sexuais depois da iminente supressão da produção capitalista é, mais que nada, de ordem negativa, e fica limitado, principalmente, ao que deve desaparecer. Porém, o que sobreviverá? Isso se verá quando tenha crescido uma nova geração: uma geração de homens que nunca se tenham encontrado na situação de comprar com dinheiro, nem com a ajuda de nenhuma outra força social, a fidelidade de uma mulher; e uma geração de mulheres que nunca se tenham visto no caso de se entregar a um homem em virtude de outras considerações, que não as de um amor real, nem de recusar entregar-se a seu amante por medo das considerações econômicas que isso possa trazer-lhes. E quando essas gerações aparecerem, enviarão às favas tudo o que nós pensamos que deveriam fazer. Ditarão a si mesmas sua própria conduta e, em consonância, criarião uma opinião pública para julgar a conduta de cada um. E pronto!"

Carlos Lyra e Dolores Duran cantaram que existem os que "amam pra frente e nunca se esquecem / mas são tão pouquinhos que nem aparecem". São estes que constroem o futuro. Que pode ser melhor...

Carlos Luiz de Jesus Pompe, jornalista

Índice

SECRETÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Elisângela dos Santos Araújo

Expediente

Editor: Sergio dos Santos

Webdesigner: Láldert Castello Branco

Colaboração: Viviane Barbosa

Equipe da Secretaria de Comunicação

Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Rita de Biagio - Sergio dos Santos

Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado SPAM quando inclua uma forma de ser removida